

APRESENTADO O RELATÓRIO FINAL DA CPI

Entidades lutam e conseguem a marcação de reunião com relator e demais deputados da CPI, para discutir o Relatório

Boletim elaborado pela Auditoria Cidadã da Dívida - www.divida-auditoriacidada.org.br

Brasília, 27 de abril de 2010

Hoje, às 14:30h foi realizada a reunião de apresentação do Relatório Final da CPI da Dívida, pelo Relator, Deputado Pedro Novais (PMDB/MA). Os deputados pediram vista, ou seja, tempo para analisar o Relatório, fazendo com que o mesmo somente possa ser votado na semana que vem.



Deputado Ivan Valente (PSOL/SP) fala durante a reunião da CPI. Ao fundo, na mesa, o Relator Pedro Novais (PMDB/MA) e o Presidente da CPI, Virgílio Guimarães (PT/MG). Foto: Laycer Tomaz. Fonte: Banco de Imagens da Câmara.

Importantes entidades estiveram presentes, como a UMNA - Unidade Mobilização Nacional pela Anistia (Jacques Dornellas), FEBRAFITE - Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (João Pedro Casarotto), OAB - Ordem dos Advogados do Brasil (Régia Brasil), ANFIP - Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (José Avelino), Pastorais Sociais/CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (Magnólia Rodrigues, Delci Franzen), ASSTTRA-MP - Associação dos Servidores Técnicos em Transporte e Segurança do Ministério Público da União (Laércio Reis), SINASEMPU-DF - Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério Público da União (Cristine Maia), ANDES/SN - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Benedito Filho, Lauro Xavier), CONIC - Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Gabriele Cipriani), SINASEFE - Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Ricardo Ferreira), CONLUTAS - Coordenação Nacional de Lutas (Luiz Carlos Prates), ASMPF - Associação dos Servidores do Ministério Público Federal (Marcos Ronaldo), Auditoria Cidadã da Dívida (Maria Lucia Fattorelli, Rodrigo Ávila), Daniel Bin, David Wilkerson (UnB).

Entidades lutam e conseguem a marcação de reunião com Relator e demais deputados da CPI

Conforme informado no [Boletim anterior \(nº 25\)](#), as entidades entregaram ao Presidente da CPI, Deputado Virgílio Guimarães (PT/MG), Carta solicitando reunião com o Relator da CPI, Deputado Pedro Novais (PMDB/MA), e demais deputados da CPI, para discutir o Relatório Final.

Durante a manhã, as entidades percorreram os gabinetes dos deputados da CPI para solicitar apoio para a realização desta reunião. Na sessão da CPI, novamente as entidades compareceram em peso. Como resultado, vários deputados defenderam a realização desta reunião, dentre eles Ivan Valente (PSOL/SP), Paulo Rubem Santiago (PDT/PE), Hugo Leal (PSC/RJ), Jô Moraes (PC do B/MG) e o próprio Presidente da CPI, Virgílio Guimarães (PT/MG).

Apesar da resistência do Relator à realização da reunião - alegando que ela não estaria nos termos do Regimento Interno da Câmara - a pressão dos deputados e das entidades surtiu efeito. A reunião foi marcada para terça feira, 4 de maio, às 10h, no Plenário 4 do Corredor das Comissões.

Após a sessão da CPI, as entidades se reuniram para definir a estratégia para esta reunião. Cada entidade deve enviar para o e-mail auditoriacidada@terra.com.br um resumo de sua apresentação até segunda feira, dia 3/5, para que possa ser melhor organizada a intervenção das entidades.

Como subsídio às entidades, disponibilizamos abaixo uma primeira análise do Relatório Final, apresentado hoje. A versão integral do Relatório Final está disponível na página da Câmara dos Deputados, no endereço <http://www.camara.gov.br/sileg/MostrarIntegra.asp?CodTeor=759543> .

Vários itens reivindicados pelas entidades foram acatados pelo Relator, a exemplo da recomendação de transparência para os votos de cada membro do COPOM (Comitê de Política Monetária, que define a taxa de juros) com as respectivas justificativas. Esta recomendação foi noticiada pela Agência internacional Reuters, e reproduzida por grandes veículos de imprensa nacionais (conforme notícia disponível ao final deste Boletim).

Por outro lado, o Relatório possui muitas deficiências, não apontando ilegalidades na dívida, e rejeitando a idéia de uma auditoria.

Seleção de alguns aspectos positivos e negativos do Relatório Final da CPI da Dívida apresentado pelo Relator em 27.04.2010

ALGUNS ASPECTOS POSITIVOS (Observe-se que embora os aspectos seguintes estejam mencionados no relatório, a maioria deles não se encontra refletida nas recomendações)

- Reconhecimento de Limitações aos trabalhos da CPI, tais como:
 - a extrema pobreza das estatísticas oficiais até a década de 90;
 - o fato de que diversos requerimentos de informações não puderam ser respondidos pelos órgãos oficiais - Ministério da Fazenda e Banco Central;
 - dificuldades de registro de contabilidade pública;
 - o tempo e a equipe da CPI não foram suficientes;

- Reconhece que o fator mais importante para o crescimento da dívida pública são as altas taxas de juros;

- Reconhece que os preços administrados pelo governo exercem pressão sobre a inflação, e que isto não se resolve com a alta nos juros;

- Admite que a principal causa da dívida interna foi a liberdade de movimentação de capitais, bem como à desvalorização cambial, e mais recentemente às "Operações de Mercado Aberto" (feitas para se comprar dólares das reservas cambiais). Dessa forma, o relatório admite tacitamente que a dívida não é produto de "gastança" com servidores ou Previdência Social;

- Admite que a dívida externa provocou a década perdida (80), e menciona que comissões parlamentares anteriores analisaram o endividamento, embora deixe de ressaltar que as importantes recomendações daquelas comissões jamais foram implementadas;

- Assume que a dívida dos estados cresceu devido à política de juros altos do Plano Real, antes mesmo de serem refinanciadas pela União;

- Reconhece que ocorreram transformações de dívida externa em dívida interna;

- Reconhece que a taxa de juros brasileira não é "civilizada";

- Recomenda a fixação de limites para o estoque da dívida;

- Assume que o importante é computar a dívida bruta, e que a dívida líquida é enganosa;

- Reconhece que as taxas de juros que pagamos para acumular reservas internacionais são as maiores do mundo, enquanto que tais reservas não rendem quase nada ao país;
- Reconhece que o Senado renunciou à sua atribuição de autorizar emissões de dívida externa, porém, aceita que tudo teria sido "legal";
- Recomenda a exigência de prévia autorização orçamentária legislativa para as emissões de títulos para os empréstimos do BNDES. Propõe Projeto de Lei para isso;
- Afirma que a decisão do COPOM sobre a taxa de juros não é transparente, e deveria haver a divulgação dos votos de cada diretor, com suas justificativas. Propõe Projeto de Lei para isso;
- Reconhece que o montante divulgado a título de juros da dívida somente inclui os juros "reais", excluindo-se a atualização monetária, que é computada como amortizações. Desta forma, aumenta-se artificialmente o montante de despesas de capital, inflando, assim, o limite para emissão de títulos, distorcendo a chamada "Regra de Ouro". Propõe Projeto de Lei para corrigir este problema;
- Reconhece que o custo da dívida dos estados renegociada pela União é excessivo (IGP-DI + 6% a 7,5% ao ano). Propõe projeto de lei para restabelecer o equilíbrio contratual, e outro para abater 3% da RLR (Receita Corrente Líquida) do pagamento da dívida, se direcionados a investimentos;
- Recomenda melhor análise pelo Senado do conteúdo dos contratos de endividamento;
- Recomenda a implementação do sistema de registro das dívidas acessível pela internet, previsto na "Lei de Responsabilidade Fiscal";
- Reconhece indício de ilegalidade nas "operações compromissadas", já que aponta que a "Lei de Responsabilidade Fiscal" veda a colocação de títulos pelo Banco Central.

ALGUNS PONTOS NEGATIVOS SELECIONADOS

- O Relatório Final menciona que os expositores não indicaram ilegalidade na dívida, especialmente o representante do TCU. Na realidade, embora as auditorias realizadas pelo TCU tenham sido muito pontuais e limitadas, o representante do TCU afirmou sim, na CPI, que encontrou diversas ilegalidades, como estoques errados da dívida, e endividamento feito sem autorização do Senado. As comissões anteriores apontaram sérios crimes na dívida externa, e vários expositores citaram claramente sérios indícios de ilegalidades, que estão inclusive citados no próprio Anexo A do Relatório, que resume as audiências. Diante de tais fatos, é fundamental que o Ministério Público seja acionado sim pela CPI;
- Deixa de enfrentar os diversos indícios de ilegalidades e ilegitimidades contidos em documentos apresentados à CPI, revelando-se extremamente superficial. Deixa de abordar diversos pontos fundamentais do processo de endividamento tanto externo como interno, conforme resumido no [folheto \(de 8 páginas\) da Auditoria Cidadã da Dívida](#), especialmente as conclusões. Diante disso, verifica-se a necessidade de aprofundamento das investigações pelo Ministério Público.
- Diz que a CPI, ao invés de auditar a dívida pública, teria assumido caráter informativo, para aprofundamento do assunto e formulação de recomendações. Contraditoriamente, o próprio relator admite as restrições à obtenção de informações estatísticas, contábeis e documentos, o que inviabiliza a realização de auditoria;
- Diz que a substituição de títulos indexados à Selic por títulos pré-fixados é positiva, porém, não menciona que as taxas pré-fixadas já alcançam o patamar absurdo de 13% ao ano;
- Diz que a dívida externa não existe, pois as reservas internacionais superam o valor da dívida externa pública. Na realidade, a dívida externa continua crescendo;
- Diz que em 2010, a dívida está "sob certo controle", quando se verificou, na prática, o crescimento descontrolado da dívida interna e o aumento dos compromissos com essa dívida;

- Diz que os bancos detêm somente 27% da dívida interna, e que hoje existe um segmento de poupadores por trás dos títulos dos bancos. Porém, o relator omite nesta análise o meio trilhão de reais de "Operações de Mercado Aberto", que estão quase integralmente nas mãos dos bancos. Também omite o fato de que os órgãos oficiais não responderam satisfatoriamente a requerimento de informações sobre os credores da dívida interna, no caso dos Fundos de Investimento, que respondem por 50% da dívida, segundo o relator;

- Diz que hoje temos o "grau de investimento" pois não sofremos a ingerência de credores internacionais na gestão da política econômica. Na verdade, é exatamente porque os credores internacionais estão seguros e exercem essa ingerência é que o país obteve o "grau de investimento";

- Diz que as recomendações das Comissões parlamentares anteriores sobre a dívida externa não possuem mais importância, dado que atualmente esta questão já teria sido superada, deixando assim de mencionar as ilegalidades desde a origem da dívida externa, que foi sucessivamente renegociada e também transformada em dívida interna;

- Diz que o TCU já realiza auditoria da dívida, por isso, o Relatório não recomenda auditoria. O relatório deixa de mencionar as expressivas lacunas verificadas nos acompanhamentos pontuais feitos pelo TCU, já que a maioria dos fatos examinados na CPI não chegou a ser auditada pelo TCU;

- O Relatório menciona os impactos sociais do endividamento, entretanto, avalia equivocadamente que a dívida está declinante frente ao PIB, o que contradiz o próprio relator, quando diz que é a dívida bruta que deve ser considerada. Omite que a dívida impacta negativamente as áreas sociais. Fala da suposta melhoria do emprego (omitindo que o desemprego medido pelo DIEESE está em cerca de 14%), a melhoria da renda (omitindo que o aumento das pessoas da classe média se deve à linha de pobreza escolhida). Não fala do caos na saúde, na falta de reajuste para aposentados, na precarização das Universidades Públicas, etc.

Relator da CPI da Dívida Pública quer abrir votos do Copom

Portal G1 - 27/04/10 - 18h24 - Atualizado em 27/04/10 - 18h25

Da Reuters

<http://g1.globo.com/economia-e-negocios/noticia/2010/04/relator-da-cpi-da-divida-publica-quer-abrir-votos-do-copom.html>

<http://noticias.terra.com.br/interna/0,,OI4403631-EI8177,00.html>

<http://noticias.r7.com/economia/noticias/relator-da-cpi-da-divida-publica-quer-abrir-votos-do-copom-20100427.html>

http://www.investmax.com.br/iM/investimentos_bolsa_de_valores.asp?bovespa=204495&Relator-da-CPI-da-Divida-Publica-quer-abrir-votos-do-Copom

BRASÍLIA (Reuters) - Os integrantes da CPI da Dívida Pública da Câmara adiaram nesta terça-feira a votação do relatório final de autoria do deputado Pedro Novais (PMDB-MA). O parlamentar sugere no texto a divulgação dos votos dos membros do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central e que o Congresso aprove a destinação dos recursos obtidos com a emissão de títulos.

A votação pode ocorrer até 14 de maio, dia em que o prazo da comissão expira. Durante a leitura do relatório, os deputados fizeram um pedido de vista coletivo.

Os parlamentares realizarão uma audiência pública com entidades civis na terça-feira da semana que vem e depois tentarão retomar a discussão da matéria.

A comissão foi criada para "investigar a dívida pública da União, Estados e municípios, o pagamento de juros e os beneficiários destes pagamentos e o seu impacto nas políticas sociais e no desenvolvimento sustentável do país".

No relatório, Novais não pede indiciamentos. Tampouco pede ao Ministério Público investigações adicionais sobre o assunto, o que é contestado por parte dos membros da CPI.

Mas sugere, por exemplo, a aprovação de proposta que determina a inclusão nas atas das reuniões do Copom dos votos e das justificativas de cada integrante do colegiado.

"A força da opinião pública tem sempre muita importância nesse tipo de decisão", disse o relator a jornalistas ao ser perguntado se a medida poderia reduzir a possibilidade de alguns integrantes do Copom votarem por aumento da Selic.

Novais também incluiu no relatório projeto que torna necessária a prévia autorização do Congresso para o uso de recursos derivados da emissão de títulos da dívida pelo Executivo. "A tendência tem sido, muitas vezes, no sentido contrário, como no caso dos volumosos empréstimos recentes do Tesouro ao BNDES", destacou o parlamentar.

Além disso, Novais recomenda medidas para sistematizar a auditoria e dar mais transparência à divulgação de dados sobre a dívida pública.

Ele propôs também iniciativas para equacionar as dívidas de Estados e municípios, como um encontro de contas entre as prefeituras e a Previdência e a regulamentação do abatimento da meta de superávit primário dos Estados de desembolsos voltados a investimentos --o que já é permitido para o governo federal.

(Reportagem de Fernando Exman)